



Estudo sobre a formação do conceito de razão de Estado



Eugênio Mattioli Gonçalves (pu2wik@gmail.com) e prof. Dr. Roberto Romano da Silva (romanor@uol.com.br)

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA – INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (IFCH)

PIBIC/CNPq – Jul 2010/Ago 2011
Razão de Estado – Maquiavel – Estado

INTRODUÇÃO

O objetivo central da pesquisa foi investigar a gênese do conceito de razão de Estado. Acompanhando a formação do Estado moderno, a razão de Estado é um conceito-chave para se pensar essa estrutura.

Ao observarmos o desenvolvimento da noção de *raison d'État*, a partir da leitura dos teóricos que deram forma a ela através dos séculos, pudemos analisar o processo de autonomização e desenvolvimento da estrutura estatal, fundamental para compreendermos nossa sociedade.



METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia de trabalho consiste, basicamente, em: (i) análise e interpretação dos textos citados na bibliografia; (ii) elaboração de relatórios com os dados das análises e interpretações dos textos; (iii) discussão destes relatórios e dos rumos da pesquisa com o orientador; (iv) elaboração do relatório parcial e final. Em termos mais específicos, pretendeu-se verificar a possibilidade de uma linha conceitual no desenvolvimento do conceito observado, tendo em vista como núcleo comum aglutinador a corrente do maquiavelismo, que parte da obra de Nicolau Maquiavel. A leitura dos textos foi acompanhada, sempre que necessário, das edições da bibliografia básica nos idiomas originais (francês e italiano) e de uma bibliografia secundária.

REFERÊNCIAS PRINCIPAIS

- BOTERO, G. *Della ragion di Stato*. Roma: Donzelli, 1997.
- MAQUIAVEL, N. *Il Principe*. Torino: Tipografia Olivero e C., 1924.
- MEINECKE, F. *Machiavellism: The Doctrine of Raison D'Etat and it's Place in Modern History*. Tradução de Douglas Scott. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1957.
- NAUDÉ, G. *Considérations Politiques Sur Les Coups d'Etat*. Hildesheim: Georg Olms, 1993.
- SENEILLART, M. La Raison d'Etat Antimachiavélienne. In: C. LAZZERI e D. REYNIÉ (ed.), *La raison d'état: politique et rationalité*. Paris, PUF, 1992.
- ZARKA, Y. C. Raison d'Etat, maximes d'Etat et coups d'Etat chez Gabriel Naudé. In: Y.C. ZARKA (ed.), *Raison et déraison d'État*. Paris: PUF, 1994.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com surgimento atribuído aos escritos de Nicolau Maquiavel, o conceito de razão de Estado parte do pressuposto antropológico da impossibilidade de organização humana sem uma firme égide centralizadora; sem o pulso de um Estado forte, seria inevitável o eterno retorno à anarquia generalizada. Dessa forma, a necessidade de manutenção do bem do Estado, inclusive com o controle absoluto dos monopólios estatais (força física, impostos e leis), justificaria a supressão de interesses particulares e demais medidas adotadas em prol dos interesses do Estado.

Assim, códigos religiosos, valores morais ou éticos são imediatamente suprimidos quando o horizonte maior em vista se torna a solidez da estrutura estatal; mortes, guerras e traições são recursos que, se necessários, devem ser empregados pelo governante, em nome da ordem, pelo bem do Estado.

O controle absoluto sobre os governados, dando contorno aos interesses da instituição estatal, precisa envolver o melhor desempenho possível: como armas na batalha intrínseca em defesa do poder, o governante encontra à disposição o uso do segredo, da dissimulação e da mentira; deve-se sempre estar um passo à frente. Nada deve ser conhecido pelos governados e desconhecido pelo poderoso, mas sempre o inverso.

O uso do segredo pelo governante exemplifica bem a aplicação de formas de controle social pelo Estado através da *raison d'État*. O sociólogo alemão Georg Simmel, ao analisar o uso do segredo pelas sociedades humanas, avalia que essa prática, componente da estrutura social, permeia o campo do privado e do público, até certa medida os determinando. Como um [outro] mundo à parte do mundo manifesto, o segredo influencia inclusive as relações de poder: se entre dois indivíduos ou grupos uma das partes oculta informação sobre algo que o outro desconhece, enquanto houver tal segredo as ações da parte privilegiada serão determinadas por esse fato. Com verdade, Elias Canetti, ao abordar o tema, relembra que, quanto menor a presença do segredo, mais difícil se torna governar, ao produzir diariamente novos obstáculos a ações dos governantes, como a opinião pública. Esconder determinadas práticas ou informações, no sigilo do gabinete, previne ameaças e elimina limites ao poder do governante.

Tal visão do governante como puro estrategista egoísta, interessado primordialmente em manter-se no poder, manipulando e deturpando os valores e indivíduos que lhe forem convenientes, segredando e dissimulando, traindo e matando, ilustram diretrizes políticas muito argumentadas e bem justificadas, por inúmeros autores, e não somente há séculos passados; experiências totalitárias contemporâneas e déspotas do século XX nos relembram que, até os dias de hoje, a razão de Estado permanece sempre à espreita, pairando sobre a estrutura estatal.